



Leonid Streliaev

Alianças globais

O Sistema Nacional de Fomento está integrado a organismos multilaterais e instituições externas que se transformam em aliados para ampliação das fontes de recursos e promoção de investimentos em áreas estratégicas como sustentabilidade, inovação e inclusão social. **POR Sarah Nery**

Bancos multilaterais, agências de fomento estrangeiras e entidades governamentais internacionais encontram no sistema de fomento brasileiro um forte aliado para a efetivação do desenvolvimento sustentável e a elaboração de novos modelos de financiamento para projetos da agenda global de enfrentamento das mudanças climáticas e de promoção da inclusão social. As experiências bem-sucedidas apontam para oportunidades promissoras de captação de recursos e a consolidação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFDs) como produtoras de conhecimento e inovação.

O diálogo com a organização que congrega o Sistema Nacional de Fomento no Brasil, a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), tem sido a tônica da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no país. Desde sua fundação, em 1961, o banco acumula mais de US\$ 47,4 bilhões de empréstimos e garantias aprovadas. O aporte ajudou a custear projetos com valores que ultrapassam os US\$ 141 bilhões nas áreas de infraestrutura, meio ambiente, fortalecimento institucional e redução da pobreza no país.

O apoio do banco ao sistema de fomento brasileiro compreende tanto financiamento quanto apoio técnico para melhor o ambiente de atuação do setor. Atualmente, estão sendo investidos 750 milhões de dólares

as instituições de fomento, especialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar micro, pequenas e médias empresas. Além disso, o banco multilateral possui linha de crédito de 25 milhões de dólares junto a três instituições de fomento subnacionais, no Espírito Santo, em Goiás e na região Sul, para que elas ofereçam um mecanismo inovador de financiamento à eficiência energética.

“O BID é um sócio tradicional das instituições de fomento, atuando, inclusive, no tema da regulação e da transparência”, pontua a especialista em Mercado Financeiro do BID, Maria Netto. Para atingir a consolidação atual, o banco atuou por meio de cooperações técnicas, eventos e diálogos, em temas como capacitação institucional, especialmente para agências de pequeno porte, e sustentabilidade, com a adequação das instituições de fomento ao risco socioambiental, de acordo com as normas do Banco

Central. “Esse trabalho permitiu operações mais independentes dessas instituições e mais acesso a garantias e a *funding* no mercado financeiro”, explicou.

Com ações conjuntas desenvolvidas com o Sistema Nacional de Fomento há cerca de dez anos, o banco continua a apoiar a integração das instituições financeiras de desenvolvimento entre si e com os órgãos públicos e entidades privadas. O principal projeto desenvolvido neste sentido pelas duas instituições, em conjunto com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é o Laboratório de Inovação Financeira (LAB), iniciativa pioneira no Brasil que cria mecanismos inovadores para o financiamento de projetos sustentáveis. “O LAB tem se mostrado um importante fórum para diálogo não só entre entidades públicas, mas também com as privadas. Ele permitiu conhecer as vias de conversa do sistema de fomento com as instituições tradicionais, das instituições de fomento com entidades privadas”, afirma. Para Maria Netto, esse diálogo abre portas para a captação de recursos pelos bancos públicos no sistema privado.

“Hoje, o investimento privado aparece como importante solução de desenvolvimento, porque já ficou claro que o uso de subsídios e incentivos diretos para resolver problemas estruturais não funciona”, avalia a especialista. Para ela, as instituições de fomento precisam repensar o seu papel para atuar mais como mecanismo de atração de investimentos privados para projetos de desenvolvimento.

PARCERIAS REGIONAIS

Com a primeira operação realizada no Brasil em 1998, a Corporação Andina de Fomento (CAF), conhecida como Banco de Desenvolvimento da América Latina, gerencia atualmente um portfólio de US\$ 1,7 bilhão em operações com atores brasileiros, dos quais US\$ 1,3 bilhão são operações garantidas pela União e as demais são operações não soberanas, realizadas inclusive com instituições financeiras de fomento.

Por definição do governo brasileiro, as linhas de crédito e de financiamento oferecidas no Brasil pela CAF estão disponíveis para cidades e estados. Hoje, 19 operações estão em fase de desembolso. De acordo com o diretor representante do CAF no Brasil, Jaime Holguín, em 20 anos de atuação com instituições e órgãos brasileiros, a qualidade dos projetos evoluiu, com maior preocupação quanto ao real impacto da iniciativa para o desenvolvimento regional a partir de uma visão integral. “Atualmente, 90% dos projetos já levam em conta aspectos de integralidade para o desenvolvimento regional e sustentável, incluindo indicadores para medir impactos como adaptação climática e níveis de emissão de gases de efeito estufa”, disse.

Além da atuação direta da CAF com órgãos públicos, a entidade trabalha agora com bancos de desenvolvimento brasileiros, que dão capilaridade às operações da instituição e permitem que os recursos cheguem a cidades com menos de 100 mil habitantes – municípios esses que não podem receber

recursos garantidos pela União.

A primeira operação do tipo foi realizada com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em 2014. A linha de crédito de US\$ 100 milhões destinou-se ao apoio a pequenas e médias empresas de Minas Gerais. “É um público ao qual a CAF não chega diretamente, mas representa o setor que mais gera empregos”, argumenta o executivo da CAF, Marcelo dos Santos.

Em 2018, foi aprovado repasse de US\$ 70 milhões para o Banco do Nordeste (BNB) destinado a uma linha de microcrédito. O Nordeste concentra 70% desse mercado no Brasil e tem o impacto social de incluir pessoas e empresas à margem do sistema financeiro e de viabilizar a formalização de pequenos empreendimentos, iniciativa semelhante à realizada pelo Peru, pela Bolívia e pela Colômbia.

Para o segundo semestre de 2019, está em análise a liberação de outros US\$ 70 milhões para o programa Produção e Consumo Sustentável, um projeto do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O montante também irá viabilizar projetos de inovação e de apoio a municípios com menos de 100 mil habitantes, especialmente para o agronegócio, que corresponde a 70% da carteira do banco regional.

AGENDA GLOBAL

Com a experiência de ter realizado, em 1942, a primeira operação de crédito da história com foco no desenvolvimento, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) tem, atualmente, 40 projetos financiados e portfólio de 1,9 bilhão de euros empenhados em projetos no Brasil desde 2007, quando começou a atuar no país. Todos eles estão alinhados com as prioridades da agência para os países emergentes de levar a efeito os compromissos firmados no Acordo de Paris e as metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na perspectiva do crescimento verde e solidário, ligado ao meio ambiente e à inclusão social. »



Divulgação

Maria Netto, especialista em Mercado Financeiro do BID

Em favor do Brasil, o diretor regional da AFD Brasil Cone Sul, Philippe Orliange, aponta o interesse, não apenas de instituições de desenvolvimento do país, mas também de gestores de municípios e estados brasileiros e mesmo agentes do setor privado, em relacionar a sua atuação com a agenda global de desenvolvimento sustentável. “O governo de Teresina (PI) apresentou recentemente a escolha dos ODS como base para desenhar estratégias de desenvolvimento e já implementam projetos que se adaptam aos objetivos internacionais”, disse.

Esse interesse seria uma das razões para o crescimento considerável da carteira de projetos desenvolvidos no Brasil e na América Latina com financiamento da AFD. Em dez anos, o portfólio passou de zero para 7 bilhões de euros empenhados, dos quais 25% são no Brasil. “Na Ásia, onde operamos há mais de 20 anos, o crescimento não foi tão rápido”, compara.

Uma característica das operações da AFD na América Latina é a capacidade de realização de operações que não dependem de garantias da União. Para o diretor da agência francesa, há boas oportunidades de crescimento para o financiamento de projetos sustentáveis nesses moldes. “Temos notado uma mudança importante no sistema de fomento brasileiro, em que as instituições de fomento, que antes eram repassadores apenas de créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), agora conseguem recursos de outras fontes e uma das fontes possíveis são as agências internacionais, que podem fazer esse tipo de financiamento sem ou com garantia da União”, indica.

Um atrativo para os organismos internacionais é a atividade consolidada das instituições brasileiras com a agenda sustentável global. “Essas ações se configuram em vantagem adicional para o Brasil, que projeta uma imagem para investidores que se interessam em questões climáticas. No setor financeiro brasileiro, não há dúvidas sobre a realidade das mudanças climáticas e a importância de projetos na área”, afirma.



Jaime Holguín, diretor representante do CAF no Brasil



Philippe Orliange, diretor regional da AFD Brasil Cone Sul

Em dezembro de 2018, a AFD assinou um memorando de entendimento com a ABDE voltado para ações nas áreas de inovação, governança e mudanças climáticas. Para a AFD, a parceria representa um avanço no diálogo sobre o papel das instituições de fomento para o desenvolvimento. “Nosso interesse não é puramente operacional, mas é também dialogar sobre o que justifica, no século 21, no mundo globalizado, a existência e a atuação de atores públicos de financiamento de desenvolvimento de longo prazo. Alguns acreditam que este é um assunto do passado, mas vemos que, hoje, quase todas as maiores economias do mundo têm um banco de desenvolvimento, e quem não tinha está criando, a exemplo dos Estados Unidos”, avalia Orliange.

SUSTENTABILIDADE

Um levantamento inédito realizado pela ABDE em parceria com a embaixada britânica aponta que 59% das instituições de fomento brasileiras já têm produtos financeiros verdes que atingem grandes, médios e pequenos empresários. Uma base ainda maior, 82%, financia setores e atividades econômicas de baixo carbono, mesmo que algumas ainda não tenham linhas específicas para esta área.

O relatório é fruto de parceria firmada em outubro de 2018 pela ABDE e o consulado britânico, que prevê ações para a evolução de uma agenda sustentável, no âmbito das finanças verdes e governança ambiental e social. Além do estudo, o acordo inclui a capacitação das Instituições Financeiras de Desenvolvimento para a ampliação de recursos para o financiamento de projetos sustentáveis, integrando o compromisso de redução de gases de efeito estufa firmado pelo Brasil na COP21, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os números mostram que o Brasil já começa a entrar em um mercado que, globalmente, ultrapassa cifras de trilhões de dólares com aporte de investimentos ecologicamente corretos: as finanças verdes.